

Família contemporânea

Nayara Hakime Dutra Oliveira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

OLIVEIRA, NHD. *Recomeçar: família, filhos e desafios* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 236 p. ISBN 978-85-7983-036-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

2

FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

Família & famílias: configurações familiares na sociedade contemporânea

Como já observamos, é possível verificar que as transformações ocorridas com o início da industrialização, o advento da urbanização, a abolição da escravatura e a organização da população provocam alterações nas feições familiares e sociais. A expansão da economia acelerou o processo de retirada da produção de casa para o mercado, e a pressão pelo consumo de bens e serviços, características inerentes ao capitalismo, anteriormente produzidos no espaço doméstico, passa a apertar os orçamentos familiares, e o trabalho assalariado passa a ser um instrumento também utilizado pelas mulheres.

Apesar de todas as transformações, a nova família conjugal conserva traços típicos da família anterior: o de controlar a sexualidade feminina e preservar as relações de classe.

Ressaltamos que os costumes que marcaram época podem ou não estar distantes de nossos costumes, pois, como mencionamos anteriormente, os conceitos evoluíram ou, até mesmo, mudaram de denominação, mas, se estudarmos esses conceitos atualmente, poderemos verificar que, muitos deles, ainda estão presentes na sociedade, ainda que de forma oculta.

Nessa perspectiva, Lévi-Strauss (1956, p.309) coloca que “[...] a família baseada no casamento monogâmico era considerada instituição digna de louvor e carinho”, fato esse que ainda permanece em nossa realidade. Podemos até afirmar que existem diversificados e inovados arranjos familiares, novas formas de constituir-se família dentro da sociedade, mas percebemos que permanece ainda a forma de organização nuclear da família, ou seja, o casamento monogâmico ainda é o que predomina atualmente.

Ainda Lévi-Strauss (1956, p.309) afirma que os antropólogos, contrariando o conceito de que a família é resultante de uma evolução lenta e duradoura, inclinam-se ao oposto dessa convicção, ou seja:

A família, consistindo de uma união mais ou menos duradoura, socialmente aprovada, entre um homem, uma mulher e seus filhos, constitui fenômeno universal, presente em todo e qualquer tipo de sociedade.

Nessa perspectiva, encontramos ainda opiniões diversificadas sobre as “formas” de organização familiar. Apesar de adentrarmos no século XXI, ainda podemos encontrar opressão feminina de maneiras diversificadas, ocultadas, especialmente dentro da instituição que busca sua modernização, preservando seu conservadorismo – a família. Preservar as relações de classe dentro do próprio lar significa também preservar a ordem e a relação de poder, que, por diversas maneiras, pode ser expressa, inclusive no silêncio do próprio olhar.

Atualmente, podemos encontrar uma diversidade de modelos de famílias, sendo que

tornou-se impossível classificar e principalmente julgar os bons e maus “planos de família” – como poderíamos dizer de um “plano de carreira”. Alguns encontram o seu equilíbrio numa relação estável e fechada, uma célula voltada sobre si mesma que eles fortificam contra agressões e mudanças de qualquer tipo. Eles exigem muito dos seus parentes mas em troca se prontificam a dar muito de si mesmos. Outros, ao contrário, nada querem sacrificar da sua aventura pessoal,

preferem uma fórmula de família “personalizada”, sem constrangimentos e sem obrigações, onde os indivíduos vem basicamente recarregar as suas baterias antes de saírem mais uma vez pelo mundo afora. (Collange apud José Filho, 1998, p.45, destaque do autor)

As transformações sociais, construídas na segunda metade do século XX e reconstruídas nesse início do século XXI, redefiniram também os laços familiares. A afirmação da individualidade pode sintetizar o sentido de tais mudanças, com implicações nas relações familiares.

Na sociedade contemporânea, a conjugalidade, muitas vezes, não é verdadeira. O que encontramos é a busca pela estabilidade financeira, a satisfação pessoal e a realização de um sonho: casar-se, o que acaba conduzindo a um casamento no qual os projetos individuais são esquecidos, em que um se anula em relação ao outro.

A dificuldade está em compatibilizar a individualidade e a reciprocidade familiares, pois, ao abrir espaço para tal individualidade, renovam-se as concepções das relações familiares. O impacto desses desafios influencia o cotidiano dessas relações.

Podemos observar que existe uma radical mudança na composição familiar, nas relações de parentesco e na representação de tais relações na família. Tal representação tem seu fundamento direto na transformação da configuração familiar e também nas relações sociais, ocasionando impacto profundo na construção da identidade de cada componente no interior da família. Essa construção da identidade irá rebater nas relações sociais ampliadas, não somente no seio familiar. Nesse contexto encontramos a “nova família”, que se caracteriza pelas diferentes formas de organização, relação e em um cotidiano marcado pela busca do novo. Os arranjos diferenciados podem ser propostos de diversas formas, renovando conceitos preestabelecidos, redefinindo os papéis de cada membro do grupo familiar.

Segundo Ferrari & Kaloustian (2002, p.14),

A família, da forma como vem se modificando e estruturando nos últimos tempos, impossibilita identificá-la como um modelo

único ou ideal. Pelo contrário, ela se manifesta como um conjunto de trajetórias individuais que se expressam em arranjos diversificados e em espaços e organizações domiciliares peculiares.

Tais arranjos diversificados podem variar em combinações de diversas naturezas, seja na composição ou também nas relações familiares estabelecidas. A composição pode variar em uniões consensuais de parceiros separados ou divorciados; uniões de pessoas do mesmo sexo; uniões de pessoas com filhos de outros casamentos; mães sozinhas com seus filhos, sendo cada um de um pai diferente; pais sozinhos com seus filhos; avós com os netos; e uma infinidade de formas a serem definidas, colocando-nos diante de uma nova família, diferenciada do clássico modelo de família nuclear.

Temos como consequências dessas mudanças as transformações das relações de parentesco e das representações dessas relações no interior da família. Cada vez mais, são encontradas famílias cujos papéis estão confusos e difusos se relacionados com os modelos tradicionais, cujos papéis eram rigidamente definidos. As relações, comparadas com as estabelecidas no modelo tradicional, estão modificadas, os próprios membros integrantes da nova família estão diferenciados, a composição não é mais a tradicional, as pessoas também estão em processo de transformação, no sentido da forma de pensar, nos questionamentos, na maneira de viver nesse mundo em processo de mudança.

Alice Granato & Juliana De Mari (1999, p.269) comentam que:

A mudança nesse padrão tem resultado em novos e surpreendentes quebra-cabeças familiares: filhos de pais que se separam, e voltam a se casar, vão colecionando uma notável rede de meios-irmãos, meias-irmãs, avós, tios e pais adotivos.

Nessa afirmação podemos visualizar um novo conceito sobre as novas configurações familiares com a terminologia “quebra-cabeças” familiares, que, por profissionais da área de psicologia são denominadas também de “família mosaico”.

Nesse processo de mudanças, o que ocorre é que temos o modelo tradicional internalizado operando, enquanto temos as novas maneiras de ser família, revelando novos conceitos aos preestabelecidos, ocasionando certas contradições no próprio contexto familiar, balançando o que há de prós e de contras nas duas formas aqui estudadas.

É certo que há uma herança simbólica transmitida entre as gerações que revela tais modelos e orienta a socialização dos segmentos sociais. A tendência atual é de que a convivência familiar se torne socializada e visualizada como um local onde existe a mudança, evoluindo por meio do diálogo. O mundo familiar mostra-se em uma variedade de formas de organização, com crenças, valores e práticas desenvolvidas na busca de soluções para os desafios que a vida vai trazendo.

No Brasil, as novas estruturas de parentesco colocam os profissionais que trabalham com família e os próprios membros da instituição familiar em busca de novas denominações ou de tentar compreender socialmente tais mudanças.

Desde a legalização do divórcio, com o início de uma nova discussão referente aos papéis sociais de cada composição familiar, têm ocorrido mudanças que levam a questionamentos sobre o valor do casamento indissolúvel e inquestionável. Esse é um dos indícios de que alterações mais profundas na estrutura da família brasileira estão iniciando seu processo.

Não podemos negar o fato de que, após instituído o divórcio, a lei passou a permitir quantos divórcios e posteriores novos casamentos o homem e a mulher desejassem, o que ocasionou transformações profundas no âmbito familiar.

Observamos que internamente encontramos alterações importantes nos padrões familiares. Refletindo com Bilac (1995, p.35):

Pode-se especular sobre as implicações e significados das separações e recasamentos e sobre as concepções de família e parentesco, pois surgem novos *status* familiares, aos quais correspondem novos papéis e que ainda não dispõem de nomenclatura em nossa classificação de parentesco.

Nessa afirmação podemos verificar que, apesar de muitas denominações atuais sobre família, como *família reestruturada*, *reconstituída*, *reorganizada*, *nova família*, não há um conceito novo de família, pois embutidos na família, existem várias possibilidades de novas configurações, não ficando exclusivamente em um único modelo. Mesmo com todos os estudos sobre famílias existentes, ainda há a dificuldade dos autores de conceituar e denominar tais configurações familiares.

Essas novas famílias estão cada vez mais presentes e começam a ter visibilidade, pois fazem parte do cotidiano das pessoas e não podemos negá-las. Apesar de fazer parte do cotidiano das pessoas, não podemos afirmar que são socialmente aceitas, pois o embate entre a realidade e a ideologia existente não permitiu ainda sua superação por toda a população.

Contudo, como pontua a jurista Maria Berenice Dias (Souza & Dias, *on-line*, destaque do autor):

Inexistem na Língua Portuguesa vocábulos que identifiquem os integrantes da nova família. Que nome tem a namorada do pai? O filho mais velho do primeiro casamento é o quê do filho da segunda união? “Madrasta”, “meio-irmão”, são palavras que vêm encharcadas de significados pejorativos, não servindo para identificar os figurantes desses relacionamentos que vão surgindo.

Em meio a tantas diversidades de pessoas que compõem essa nova família, precisamos refletir sobre a maneira que tais componentes estão se sentindo diante dessa nova situação, desse novo mundo que vivencia, dessa nova maneira de ser família.

As temáticas sobre a família contemporânea podem nos levar por diferentes realidades em transformações, e por questões complexas, pois geralmente temos uma família ou um modelo familiar internalizado. Esta intimidade do conceito de família pode causar confusão entre as famílias com as quais pesquisamos e nossas próprias concepções sobre a configuração familiar.

Nesse processo, muitas pessoas podem buscar essa construção no interior do cotidiano familiar, que é carregado de subjetividade e cujas ações são interpretadas no próprio contexto diário.

Para compreensão dessas transformações, torna-se necessária uma mudança na maneira de visualização da configuração da nova família, levando-se em conta que há o reflexo da sociedade, tanto na forma de se viver em família, quanto nas relações interpessoais.

Segundo Szymanski (2002, p.10),

o ponto de partida é o olhar para esse agrupamento humano como um núcleo em torno do qual as pessoas se unem, primordialmente, por razões afetivas dentro de um projeto de vida em comum, em que compartilham um cotidiano, e, no decorrer das trocas intersubjetivas, transmitem tradições, planejam seu futuro, acolhem-se atendem aos idosos, formam crianças e adolescentes.

Conforme o autor pontua, as trocas afetivas no contexto familiar podem definir as direções do modo de ser com os outros afetivamente e também com as ações que cada membro realizará, configurando-se de diferentes maneiras, deixando marcas que carregarão para a vida toda, construindo, dessa forma, sua identidade.

É necessário, ao analisarmos a maneira pela qual as pessoas concebem a família, considerarmos o sentido e a ideologia que as levaram escolher uma ou outra forma de organização e constituição familiar, assim como a forma de relacionamento intrafamiliar. Precisamos considerar a questão histórica, que não se encontra dissociada das circunstâncias do cotidiano, é preciso também que compreendamos as escolhas que definem um ou outro rumo no pensar ou no vivenciar a maneira de ser família na sociedade contemporânea. A estrutura organizacional familiar, porém, não significa necessariamente um determinante da forma como se dá a relação. Podemos encontrar duas famílias com a mesma composição que apresentam modos de relacionamento completamente diferentes. Nesse contexto, o que se pode levar em conta são suas histórias e as questões socioculturais.

As mudanças societárias afetam a dinâmica familiar como um todo e, particularmente, cada família, conforme sua composição, história e condições socioeconômicas.

No mundo governado pelo consumo excessivo, herança do capitalismo acelerado, podemos verificar que o que está realmente importando não é o *ser* com o qual está se convivendo em família, mas o *ter* enquanto característica principal do modo capitalista de produção.

A situação atual da família também pode ser analisada a partir da transformação das formas da vida conjugal, dos modos de gestão da natalidade e no modo de compartilhar os papéis na família e a maneira pela qual a mesma é visualizada atualmente.

Dessa forma, podemos constatar que essas transformações podem se constituir em um questionamento do casamento tal como está definido, como instituição social. Muitas pessoas podem desejar viver em família conciliando-o com a liberdade individual. É importante resguardarmos individualidades, pois estas são necessárias para a vida em sociedade. Precisamos, porém, pensar sobre a maneira pela qual as pessoas buscam essa liberdade individual. Pode ser que essa busca constante ocasione um individualismo e, como consequência, as pessoas ao redor passem a não ter um significado.

As novas configurações familiares estão cada vez mais presentes, não podemos dizer que são socialmente aceitas. Há o embate entre o real vivido e o que se idealiza.

Também na Constituição de 1988, o que podemos verificar é que houve alargamento no conceito de família, pois as relações monoparentais passaram a ser reconhecidas, assim como as uniões estáveis, apesar da lentidão das regulamentações em questões jurídicas e também de sua interligação ao conservadorismo que imperava na sociedade, que dificultava a ampliação dos direitos já reconhecidos na Justiça.

Dentre as mudanças que afetam os laços familiares, encontramos as famílias monoparentais, que são aquelas onde as pessoas vivem sem cônjuge, com um ou vários filhos solteiros. Família monoparental é aquela na qual vive um único progenitor com os filhos que não são ainda adultos.

Instalam-se no interior das famílias, diversificadas maneiras de vivenciar a questão de gênero. As atualizações ocorridas podem ter o

lado bom e o lado difícil, em que é necessária a compreensão dessas relações diversificadas. Segundo Souza & Dias (*on-line*):

As famílias modernas ou contemporâneas constituem-se em um núcleo evoluído a partir do desgastado modelo clássico, matrimonializado, patriarcal, hierarquizado, patrimonializado e heterossexual, centralizador de prole numerosa que conferia *status* ao casal. Neste seu remanescente, que opta por prole reduzida, os papéis se sobrepõem, se alternam, se confundem ou mesmo se invertem, com modelos também algo confusos, em que a autoridade parental se apresenta não raro diluída ou quase ausente. Com a constante dilatação das expectativas de vida, passa a ser multigeracional, fator que diversifica e dinamiza as relações entre os membros.

Essa discussão remete-nos ao fato de que, diante dessas diversificações de papéis e de modelos familiares, podemos afirmar que houve avanços, evoluções e conquistas, ao mesmo tempo em que está instaurado um grande desafio: viver em família no mundo contemporâneo. Não importa o modelo familiar no qual estamos inseridos. É importante pensar nas facilidades – a educação liberal, os avanços da modernidade e, por consequência desses avanços – nas dificuldades em relação à questão das ausências paterna ou materna, nas dificuldades em impor limites aos filhos e na confusão existente entre autoritarismo e autoridade parental, que pode ser necessária para os filhos.

Historicamente, o homem vem passando por transformações em decorrência dos avanços sociais, e a mulher passa a assumir papéis que, anteriormente, eram de exclusividade dos homens. Conforme Dalbério (2007, p.46),

Essa nova dimensão na qual o homem deve assumir tarefas domésticas cria em muitos deles uma situação de revisionismo de todas as ideologias que dizem respeito ao machismo. É óbvio que muitos ainda não estão entendendo essa nova situação, vivem como se a mulher ainda devesse prestar-lhe todos os serviços e ainda lhe

ajudasse na manutenção das despesas familiares. Carregam ainda em consciência as visões burguesas de família, cujo modelo o homem tem direitos, por manter a família.

Diante dessa realidade, ressaltamos também o papel da mulher e suas conquistas, apesar de que ela ainda tenda a carregar a ideologia machista no que diz respeito aos afazeres domésticos. Essa carga de responsabilidade exclusiva pelas tarefas domésticas pode ser aceita consciente e inconscientemente, buscando, na maioria das vezes, amenizar alguns conflitos que podem ocorrer entre mulher e homem. Sem dúvida, a mulher assume um papel extremamente importante no que diz respeito à postura masculina, provocando um repensar nessa mesma postura (Dalbério, 2007).

O contexto social pode exercer grande influência sobre a configuração e a organização familiar, expressando diversidades em suas relações interiores. A família vem sendo influenciada pela manifestação da questão social, que, em nossa sociedade, é escancarada pela imensa desigualdade social que vivenciamos.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), podemos verificar, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), que, no ano de 2003, as famílias foram assim distribuídas: Família unipessoal; Casal com filhos (nuclear); Casal sem filhos; Mãe (Pai) sem cônjuge, dentre outras formas de organização.

Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2005, esses indicadores foram novamente identificados, sendo que a classificação continuou sendo a da distribuição de 2003.

O documento de Puebla (Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, 1979, *on-line*, destaque do autor) traz a seguinte afirmação:

a realidade da família já não é uniforme, pois, em cada família influem de maneira diversa – independentemente da classe social – fatores sujeitos a mudanças, como sejam: fatores sociológicos (injustiça social, principalmente), culturais (qualidade de vida), políticos (dominação e manipulação), econômicos (salários, desemprego, pluriemprego), religiosos (influências secularistas) entre tantos outros.

Diante dessas transformações, várias questões precisam ser melhor refletidas. Apesar de todos os avanços familiares, a desvalorização do trabalho da mulher ainda ocorre nitidamente, principalmente entre as pessoas que não possuem acesso às políticas públicas, à escola e às condições dignas de sobrevivência, fatos estes que propiciam à mulher a má remuneração por sua mão de obra. Paralelamente à má remuneração, existe também a má formação para as tarefas a serem realizadas, justamente pelos fatores anteriormente citados.

Desvalorizada no mercado de trabalho, ao chegar em casa, a mulher continua esse processo, a dupla ou a tripla jornada de trabalho pode ocasionar um desgaste à mulher, que não tem seu potencial de dona de casa, esposa, mãe e profissional reconhecidos.

Há ainda, na sociedade contemporânea, o questionamento sobre a capacidade da mulher em cuidar de sua família, gerando sustento, e a capacidade do homem em administrar, com maior independência, havendo um estigma de que famílias monoparentais femininas não possuem condições de oferecer cuidados e proteção a seus membros. Esse pensamento, porém, está sendo redefinido, existem inúmeras famílias em que a mulher exerce papel central na economia doméstica. São as famílias chefiadas por mulheres (Soares, 2002).

Pode-se observar que a monoparentalidade masculina é significativamente menor que a feminina. Desta forma, tem tido pouca visibilidade, pois sabemos pouco sobre estas famílias, e, não estudando sobre elas temos nosso senso crítico e senso comum, podendo vir a reforçar a ideia de que os homens não são capazes de cuidar de uma família.

A monoparentalidade, de maneira geral, deve ser considerada na sequência, em suas recomposições, permanências e podem ser consideradas protagonistas de histórias peculiares marcadas nos novos contextos sociais.

As famílias recompostas estão também presentes nesse novo contexto. Pode ser que houve nova união após o término da outra união conjugal e que, dessa união, novos sujeitos históricos venham a existir.

A transição, em nossa vida, traz uma revisão dos valores e metas que possuímos, e isso pode ter seu lado positivo, assim como seu lado

negativo, pois em toda transformação existe também o processo de renúncia aos modos anteriormente interiorizados e uma transcendência daquilo que tínhamos como algo ideal, levando-nos a buscar a descobrir formas de melhorias de vida.

Refletindo sobre as dimensões dos diversos modelos de família, podemos pensar também sobre nossos próprios modelos familiares. Nesse aspecto, podemos perceber que:

Entre todas as mudanças que estão se dando no mundo, nenhuma é mais importante do que aquelas que acontecem em nossas vidas pessoais, na sexualidade, nos relacionamentos, no casamento e na família. É uma revolução que avança de uma maneira desigual em diferentes regiões e culturas, encontrando muitas resistências. Como ocorre com outros aspectos no mundo em descontrole, não sabemos ao certo qual virá a ser a relação entre vantagens e problemas. Sob certos aspectos estas são as transformações mais difíceis e perturbadoras de todas. (Giddens apud Vitale, 2002, p.60)

A necessidade de discussões sobre a temática família é algo que perpassa pelos caminhos da sociedade. Muito tem-se afirmado, vários conceitos evoluíram ou, até mesmo, encontram-se novamente perceptíveis em nossa realidade. Todas as questões que estão sendo refletidas convidam-nos a um olhar diferenciado e especial a esta organização. É importante verificarmos que as diferentes maneiras de configurações familiares são, em sua maioria, devidas às circunstâncias da vida e não uma opção de vida.

Na realidade, ainda carregamos resquícios do modelo patriarcal de família, que foi evoluindo até a constituição do modelo nuclear. Consideramos que os “arranjos familiares”, ou “as novas maneiras de ser família” não são contrapostos ao modelo nuclear de família. Nesse sentido, eles são apenas diferentes formas de expressão da família.

É certo que, se partirmos da perspectiva de análise da totalidade, chegaremos à conclusão que a estrutura familiar está intimamente ligada à conjuntura social.

Apesar de os conceitos de família terem sido aprimorados, ou ainda, inseridos dentro da realidade concreta de cada época, atualmente ainda encontramos determinados conceitos que se repetem com outra roupagem.

Podemos dizer que atualmente os “arranjos familiares” estão muito presentes, e estes “arranjos” não se iniciam com o casamento, ou mesmo, as famílias monoparentais também não apresentam este tipo de composição, estando presentes somente a figura de um dos pais e dos filhos.

Não podemos negar que

O modelo de família nuclear brasileira, que se estabeleceu como padrão no ocidente, começou a mudar, ainda que de forma desigual em suas diversas regiões. Embora não tenha afetado todas as partes do mundo igualmente, de maneira geral aumentou a tendência de famílias chefiadas por mulheres e de pessoas vivendo sozinhas. (José Filho, 2007, p.139)

O que observamos, contudo, é a existência de grande parcela da população que se separa, constitui uma nova família, com os mesmos padrões da família nuclear, apesar de ser a segunda constituição. Geralmente, o ex-cônjuge busca constituir uma nova união, sendo que dessa união descendem os filhos do novo casal.

As mudanças tecnológicas e os efeitos da globalização influenciam diferentemente a população de determinadas classes sociais e a maneira que os “arranjos domésticos” são estabelecidos dependerá da maneira pela qual aquela família sofrerá as mudanças (José Filho, 2007).

É certo que atualmente o modelo tradicional de família deu espaço a uma infinidade de outros modelos familiares que têm muitas diferenças do padrão nuclear tradicional. Essas alterações são partes de nossas histórias, partes de nossa sociedade, partes de nossas vidas.

A situação em que estamos vivendo demonstra as possibilidades de reflexões acerca das “famílias” na sociedade contemporânea. Famílias essas que podem ser constituídas por um grupo de pessoas

que residem juntas, pai, mãe, filhos, netos, sobrinhos, dentre outros integrantes. Famílias que nem chegam a ter o número de integrantes da família nuclear, sendo constituídas por casal sem filhos, ou irmãos que residem juntos, ou uma pessoa sozinha. Enfim, a família mudou, ou as “famílias” mudaram.

Não podemos negar a importância da família no contexto social, em que esta continua sendo o cerne da sociedade, um lugar valorizado para formar pessoas. Contudo, não podemos ficar parados em um conceito de família, mas situarmos a estrutura familiar na conjuntura em que estamos inseridos ou em que está inserida a família que estamos estudando. Tais reflexões sobre família dão início a um exercício do pensar, com a relação de ideias que vão sendo construídas por tais reflexões. É necessário pensar a família, reaprender o que significa ser família, entender que ela possui suas especificidades e suas complexidades.

Para falar sobre família, segundo José Filho (2007, p.142)

É preciso levar em conta a família vivida e não a idealizada, ou seja, aquela na qual se observam diversas formas de organização e de ligações e na qual as estratégias relacionadas à sobrevivência muitas vezes se sobrepõem aos laços de parentesco.

É preciso, sobretudo, considerar as experiências vividas por cada família, sendo que um modelo específico não deve se sobrepor a outro. Não podemos buscar o enquadramento da família a determinado modelo familiar ou mesmo a condenação dos integrantes de uma configuração familiar diferenciada.

Atualmente, apesar de a família continuar sendo objeto de estudo e de idealizações, é impossível admitir o pensamento de um modelo adequado. Conforme questiona Sarti (2007, p.25),

Não se sabe mais, de antemão, o que é adequado ou inadequado relativamente à família. No que se refere às relações conjugais, quem são os parceiros? Que família criaram? Como delimitar a família se as relações entre pais e filhos cada vez menos se resumem ao núcleo

conjugal? Como se dão as relações entre irmãos, filhos de casamentos, divórcios, recasamentos de casais em situações tão diferenciadas? Enfim, a família contemporânea comporta uma enorme elasticidade.

Além de todos esses fatores, adicionamos também o número reduzido de filhos, a modificação do conceito de maternidade e o impacto dessas transformações na sociedade. O filho e a maternidade são experiências diferenciadas para cada membro da população.

Em meio a tantas evoluções, podemos afirmar que a difusão e a socialização do exame de investigação de paternidade têm contribuído para diversificação das relações sociais, sobretudo entre aquelas pessoas que realmente não possuíam nenhum tipo de contato com o pai e, caso os tivesse, com os irmãos. Nesse sentido, a família passa a estabelecer um vínculo, que tende a ser vivenciado de maneiras diversas.

Compreendermos todas essas relações é possível, por meio da realidade que estamos inseridos. Esses inúmeros modelos de configuração familiar estabelecem, na sociedade, maneiras de se viver, maneiras de construção de identidades sociais. Segundo Sawaia (2007, P 40):

Família é conceito que aparece e desaparece das teorias sociais e humanas, ora enaltecida, ora demonizada. É acusada como gênese de todos os males, especialmente da repressão e servidão, ou exaltada como provedora do corpo e da alma.

Ao longo da História, especialmente em meados dos anos 60, havia uma crítica, com uma visão da família como contrária à organização popular e aos movimentos sociais. Relativamente à perda de suas funções de educar e cuidar, a família foi analisada como uma espécie em extinção. Como podemos verificar, na sociedade contemporânea, a família continua sendo espaço para a formação e construção de identidades e de protagonistas no mundo em transformação.

Se pensarmos juntamente com Losacco (2007, p.65), podemos verificar que a família é “[...] construída por uma constelação de pessoas interdependentes, e sua estrutura reproduz as dinâmicas sócio-históricas existentes”.

A aceleração do capitalismo, o advento da globalização e a pluralização das relações afetivas, modificaram a maneira da família viver em sociedade. A família sofre influências da sociedade, ao mesmo tempo em que exerce determinadas influências na sociedade.

Um fator presente atualmente é o individualismo, conforme aponta Romanelli (2000, p.87):

Conforme ocorrem tais mudanças, a vida doméstica tende a se democratizar, criando condições para a emergência e concretização de interesses individuais. Conseqüentemente, o familismo tende a ser gradativamente deslocado e substituído pelo individualismo.

Mesmo assim, precisamos compreender a importância da família na sociedade, independentemente da maneira que a mesma se constituiu. É a relação interior, mesmo pautada nas influências do individualismo, que é parte principal da família.

É nesse cotidiano pautado pelas primícias do neoliberalismo que a família se desenvolve. Heller (2004, p.17, destaque do autor) afirma que

A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja posto na divisão do trabalho individual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. E, ao contrário, não há nenhum homem, por mais “insubstancial” que seja, que viva tão-somente na cotidianidade, embora esta o absorva preponderantemente.

Apesar de vivenciar a cotidianidade, o homem vivencia a individualidade e seus sentidos e capacidades funcionam plenamente. Por não possuir tempo nem possibilidade de absorver-se inteiramente em nenhum desses aspectos, não é possível desenvolvê-los em toda sua intensidade.

Posteriormente, a autora afirma que “[...] a vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea” (p.18). Ela se refere ao conteúdo e à im-

portância das diversas atividades que realizamos, como por exemplo: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, as relações sociais. Defende também que, além de heterogênea, a vida cotidiana é *hierárquica*, ou seja, existem as prioridades dentro da cotidianidade.

É no grupo que existe o amadurecimento para a cotidianidade, como família, escola, pequenas comunidades. Como pontua Heller (2004, p.19, destaque do autor):

O homem aprende no grupo os elementos da cotidianidade (por exemplo, que deve levantar e agir por sua conta; ou o modo de cumprimentar, ou ainda como se comportar em determinadas situações, etc.); mas não ingressa nas fileiras dos adultos, nem as normas assimiladas ganham “valor”, a não ser quando essas comunicam realmente ao indivíduo – saindo do grupo (por exemplo, da família) – é capaz de se manter autonomamente no mundo das integrações maiores, de orientar-se em situações que já não possuem a dimensão do grupo humano comunitário, de mover-se no ambiente da sociedade em geral e, além disso, mover por sua vez esse mesmo ambiente.

A individualidade necessária a todo homem não pode ser confundida com o individualismo que tende a conduzir a sociedade a atitudes egoístas. Diante dessa realidade, é necessário compreendermos o cotidiano das famílias na sociedade contemporânea, para que possamos verificar como se estabelecem as influências da sociedade na família e o papel da família na sociedade.

Um outro agravante desses novos tempos é a questão da drogadição, do consumo excessivo de álcool, muitas vezes, em decorrência das experiências vivenciadas durante a história de vida das pessoas. Esses fatores podem permanecer na vida das famílias, afetando as relações entre os membros e agravando a questão social manifesta no cotidiano dessas relações.

Existe também, em decorrência de inúmeros fatores, a presença da violência doméstica que não está dissociada da questão do alcoolismo e da drogadição. As contradições sociais que vivenciamos

trazem um mundo novo no qual as famílias passam pela escalada da violência urbana, deixando como consequências o crime, a morte, o tráfico e outras manifestações que podem aterrorizar a vida das pessoas. Muitas vezes, os pais não sabem como evitar que seus filhos adentrem nesse mundo e buscam a educação deles de diversificadas maneiras, e nem sempre obtêm resultados positivos.

Alguns fatores podem trazer o retrato da família na atualidade e podemos verificar que a população, de uma maneira geral, tem envelhecido, as crianças têm sido evitadas, com o controle de natalidade, e as pessoas têm cada vez mais se divorciado.

Nos países europeus, como podemos verificar pelo Dossiê Fides (Agenzia Fides, 2008, *on-line*), a população europeia cresceu em torno de 19 milhões de pessoas no período de 1994 a 2006, mas isso ocorreu não pelos nascimentos naturais, pois estes diminuíram, mas pelas imigrações ocorridas durante esse período. Quanto à população idosa, esta é a grande maioria, pois houve um crescimento no número de pessoas idosas, em decorrência da própria qualidade de vida e uma diminuição da população jovem. A cada 25 segundos, realiza-se um aborto nos países europeus e dessa maneira a população jovem tende a diminuir.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada no ano de 2006, mostrou que a tendência do envelhecimento da população, como em anos anteriores, persistiu, e a taxa de fecundidade diminuiu para 2,0 nascimentos por mulher.

É certo que o número de habitantes por domicílios vem diminuindo e, com esse formato, podemos verificar que o formato familiar também diminuiu. Vale ressaltar que, com relação aos rendimentos mensais familiares *per capita* no Brasil, temos: 27,3% de 0,5 a 1 salário mínimo; 23,3% de 1 a 2 salários mínimos e 16,4% de 0,25 a 0,5 salário mínimo. O Brasil possui, dessa forma, a maioria de sua população concentrada com no máximo 1 salário mínimo *per capita*.

As famílias que habitam o território brasileiro são, em sua maioria, famílias que possuem meios escassos de sobrevivência e buscam no cotidiano da vida familiar, dividir não somente as emoções dos

laços familiares, mas também as angústias que a própria vida cotidiana lhes apresenta.

Podemos recorrer também ao conceito de Carvalho (2002, p.93):

De fato, a família é o primeiro sujeito que referencia e totaliza a proteção e a socialização dos indivíduos. Independentemente das múltiplas formas e desenhos que a família contemporânea apresente, ela se constitui num canal de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais.

Independentemente das múltiplas maneiras de se organizar, de se constituir enquanto família, ela possui um papel de socialização importante e primordial na vida das pessoas. Entendê-la, como espaço de construção da iniciação dos afetos e de todo aprendizado que esses afetos podem trazer a seus componentes, é ímpar na sociedade. Essas construções rebaterão na construção dos sujeitos históricos da sociedade.

Pensarmos o Brasil enquanto país que também vivencia as manifestações da questão social tão presentes em seu cotidiano faz-nos reportar ao fato de que as famílias brasileiras precisam de melhorias em suas condições de vida, em suas construções cotidianas, em seus componentes. A manifestação cotidiana da desigualdade social presente traz o retrato da nova família em um novo cenário, que, cada vez mais, a aparta do acesso ao mínimo de sobrevivência. Diante desses efeitos da desigualdade, a família, na sociedade contemporânea, modificada não só internamente, mas também externamente, possui o desafio de sobreviver nessa sociedade em tempos de mudanças e de continuar exercendo seu papel.

Não podemos negar a importância da família, em que os sujeitos desenvolverão suas primeiras experiências enquanto membros da sociedade. Como bem pontuam Ferrari & Kaloustian (2002, p.11):

A família brasileira, em meio a discussões sobre a sua desagregação ou enfraquecimento, está presente e permanece enquanto espaço privilegiado de socialização, de prática de tolerância e divisão de responsabilidades, de busca coletiva de estratégias de sobrevivên-

cia e lugar inicial para o exercício da cidadania sob o parâmetro da igualdade, do respeito e dos direitos humanos. A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vem se estruturando.

É essencial para as reflexões sobre família, a desconstrução de nossos conceitos prontos, buscando o desprendimento dos preconceitos para podermos entender as novas configurações familiares. Para abordarmos questões referentes ao contexto na qual a família está inserida, assim como quais as possibilidades e os desafios existentes na construção de um trabalho com famílias, torna-se necessária uma reflexão aprofundada sobre as questões referentes às políticas de atendimentos a essas famílias e a ação profissional do assistente social nesse espaço de atuação.

Este desafio de poder buscar reflexões sobre os conceitos de família traz para nós uma experiência enriquecedora e, ao mesmo tempo, cumula-nos de expectativas para aprofundarmos em determinados temas que não são somente polêmicos, mas estão presentes em nosso cotidiano.

O trabalho social com famílias: possibilidades, desafios e repercussões

Breve trajetória das políticas sociais

Historicamente, podemos perceber que o agravamento da crise do mundo do trabalho trouxe como necessidade o aprofundamento de reflexões acerca do trabalho social realizado com famílias.

Alguns fatores contribuíram para a construção dessa história do trabalho social com famílias e das políticas de atendimento a suas necessidades.

Podemos verificar que o expansionismo do capitalismo teve sinais de esgotamento no final da década de 1960, com inúmeras

consequências, especialmente nas últimas décadas do século XX. Tais sinais repercutiram drasticamente na vida das pessoas de um modo geral e houve, dessa maneira, um rompimento com o “pleno emprego” keynesiano-fordista, tão propagado como uma das principais características do “Estado de Bem-Estar Social”¹. A crise trouxe, juntamente com os ideais neoliberais, o desenho socialdemocrata das políticas sociais, sendo que houve mudanças das políticas sociais nos planos internacional e nacional (Behring & Boschetti, 2007).

Compreendendo todo o aparato neoliberal, podemos afirmar que houve desestruturação do Welfare State nesses novos tempos, influenciada plenamente por seus ideais.

Enquanto no Estado de Bem-Estar Social havia a mediação ativa do Estado, o neoliberalismo, que, segundo Anderson, in: Behring & Boschetti (2007), surgiu após a Segunda Guerra Mundial, buscando combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes, buscando o preparo do terreno para o capitalismo duro e impetuoso. Os neoliberais avançam entre os anos de 1969-1973, e para eles, a crise resultava do poder excessivo dos sindicatos, movimento operário, e afirmavam que esses corroeram as bases da acumulação e do aumento dos gastos sociais do Estado. Além de defenderem a tese de que o Estado não devia intervir na regulação do comércio exterior nem nos mercados financeiros, entendendo que o livre movimento de capitais garantiria maior eficiência na redistribuição dos recursos internacionais. Sustentavam também a estabilidade monetária como meta suprema, o que seria assegurado mediante a contenção dos gastos sociais e com a manutenção da taxa de desemprego, além das reformas fiscais e da redução dos impostos para os altos rendimentos.

Como consequências do neoliberalismo, temos os efeitos destrutivos para as condições de vida da classe trabalhadora, provocando o aumento do desemprego, e também, em determinadas situações, a destruição dos postos de trabalho nãoqualificados. Assim, ocorre também a redução dos salários em função do aumento da oferta de mão de obra, além das reduções de gastos com as políticas sociais.

1 Sobre o Estado de Bem-estar Social ver Behring & Boschetti, 2007.

Nesse sentido, o Estado transfere para a família a responsabilidade de seu próprio sustento, sem, contudo, lhe oferecer meios para essa sobrevivência. A família sofre escancaradamente os efeitos da política neoliberal.

Caracterizando alguns princípios da política neoliberal, Behring & Boschetti (2007) trazem a *seletividade* e a *distributividade* na prestação de serviços, apontando para a possibilidade de instituir benefícios que são orientados pela “discriminação positiva”, não se referindo apenas aos direitos assistenciais, mas permitindo a seletividade dos benefícios das políticas de saúde e de assistência social, contradizendo o princípio da universalidade do acesso aos bens e serviços.

A assistência social vem sofrendo para definir-se enquanto política pública e superar características que lhes são intrínsecas, como a morosidade em sua regulamentação como direito; a redução em sua abrangência; a manutenção e o reforço do caráter filantrópico, com a presença das entidades privadas em diversos serviços; a permanência de apelos e ações clientelistas; a ênfase nos programas de transferência de renda, de caráter compensatório (Behring & Boschetti, 2007).

O Sistema Único de Assistência Social (Suas), instituído a partir de 2004, propõe algumas alterações nesse quadro da assistência, trazendo alguns avanços que merecem destaques, tais como a descentralização e a participação, considerando a dimensão territorial, fortalecendo as dimensões da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), no que diz respeito a articulação entre Planos, Fundos e Conselhos. Algumas atribuições são colocadas às famílias e às organizações sem fins lucrativos – o terceiro setor, na busca da substituição da política pública (Behring & Boschetti, 2007).

Dessa maneira, podemos verificar que a política social não tem conseguido diminuir o quadro de pobreza e de exclusão no Brasil, ao contrário, podemos observar que há um aumento significativo das taxas de desigualdade social, com concentração de rendas nas mãos de poucos.

Existe ainda o fato de que as ações são expressivamente de caráter tutelar e assistencialista, além de serem fragmentadas na forma de direitos individuais.

Carvalho (2002, p.95) afirma que “a atenção à família se tornou periférica. Quando existente, não era ela o alvo, mas sim a mulher, o trabalhador, a criança”. Ao obter a identidade de carentes de bens e serviços e de afetos, a família inseria-se nos programas de assistência social. Ela defende também (2007, p.267):

ambas visam dar conta da reprodução e da proteção social dos grupos que estão sob sua tutela. Se, nas comunidades tradicionais, a família se ocupava quase exclusivamente dessas funções, nas comunidades contemporâneas são compartilhadas com o Estado pela via das políticas públicas.

Ultimamente, o que podemos verificar é que a família vem sendo cada vez mais essencial e também responsável pelo desenvolvimento dos cidadãos, desfazendo a tese de que a família, no estado de direitos, seria prescindível e substituível.

Se retomarmos a experiência brasileira, podemos observar que as políticas sociais, após a década de 1970, tiveram uma atenção especial à mulher no grupo familiar, ofertando-lhe condições e desenvolvimento de habilidades e atitudes para melhor gerir o lar (idem, 2007).

A autora afirma que, na década de 1990, o olhar da política pública foi voltado para as crianças na família, com o advento da Constituição brasileira e do Estatuto da Criança e do Adolescente, cujo *slogan* da época ressoava “*Lugar de criança é na família, na escola e na comunidade*”.

Enquanto nos anos “dourados” do Welfare State, com pleno emprego e oferta de políticas sociais universais a família parecia como uma unidade descartável, atualmente, esta tem um caráter primordial na sociedade capitalista. Naquele contexto, o Estado parecia suficientemente forte para assegurar as políticas sociais e partilhar a riqueza, assim como para conter os apelos selvagens do capital e garantir pleno emprego (Carvalho, 2000b).

Na década de 1990, o Estado de Bem-Estar Social tornou-se uma junção entre Estado, iniciativa privada e sociedade civil – *Welfare Mix*. (idem, 2000b).

Dessa maneira, observamos o surgimento das iniciativas do terceiro setor e das redes familiares de proteção como apoio às funções do Estado, em um processo de desresponsabilidade que insiste em continuar.

Continuando essa discussão, Carvalho (2000b, p.17) afirma: “[...] a família retoma um lugar de destaque na política social. Ela é ao mesmo tempo beneficiária, parceira e pode-se dizer uma ‘mini-prestadora’ de serviços de proteção e inclusão social”.

Além do papel de socialização de seus membros, particularmente as crianças e adolescentes, o que percebemos também é um grande número de famílias que possui uma capacidade de acolhimento não somente dos membros gerados em seu seio, mas também advindos de diversas situações, como, por exemplo, as famílias estendidas – pais, mães, avós, primos, sobrinhos, irmãos, parentes de diversas formas que passam a coabitar na mesma residência.

Retomarmos a família, enquanto essencial na sociedade, não significa retomarmos conceitos conservadores familiares, pois houve realmente uma transformação em sua configuração, expressa nos diversos tipos de configurações familiares hoje existentes. Significa, sim, reconhecermos que as possibilidades de proteção, socialização e criação de vínculos são presentes e essenciais aos indivíduos.

A centralidade da família nas políticas sociais

A trajetória das políticas sociais demonstra que a família está no centro da atenção e da proteção social. Se há algumas décadas estávamos acreditando no modelo de Estado de Bem-Estar Social, que era capaz de atender as demandas de proteção, atualmente, nesse novo contexto em que vivemos, podemos verificar que vários fatores contribuíram para derrubar as expectativas e exigir soluções para Estado e sociedade.

Atualmente, o que existe na sociedade é um crescimento nas demandas de proteção social, que são postas pela própria contemporaneidade. Não é somente a classe que não tem acesso aos bens

e serviços, mas a maior parte dos cidadãos necessita dessa proteção social.

A mesma sociedade, que traz tantos avanços tecnológicos e transformações produtivas e mantém a população conectada, é a que deixa extremamente vulnerabilizada no que diz respeito a seus vínculos relacionais (Carvalho, 2007).

Os novos desafios estão postos: a partilha na responsabilidade de proteção social, que é justificada pela pobreza, pelo desemprego, pelo envelhecimento populacional; a partilha de responsabilidades formativas, diante do individualismo presente, da perda de valores, da ineficácia dos educadores institucionais na socialização de crianças e adolescentes; o descrédito e o descarte de soluções institucionalizadas de proteção social, como internatos, orfanatos, manicômios (idem, 2007).

Como enfatizamos anteriormente, o que está presente e com força total na atualidade é o *Welfare Mix*, combinando recursos e meios mobilizáveis do Estado, do mercado, das organizações não governamentais (ONGs), das organizações sociais sem fins lucrativos e da rede de solidariedade existente nas famílias, nas igrejas, na própria população local. As políticas sociais apresentam-se com as responsabilidades partilhadas.

Há a tendência das políticas de saúde e de assistência social introduzirem serviços voltados à família e à própria comunidade. Dessa forma, temos notado que os serviços de atendimento coletivo das políticas sociais estão buscando combinar várias possibilidades de atendimento que estão com o apoio da família e da comunidade.

Um exemplo dessa inovação nas políticas sociais é a questão da internação hospitalar. Hoje, podemos verificar o quanto diminuiu o tempo de recuperação das pessoas que submeteram a algum procedimento hospitalar. Há um trabalho voltado para a internação domiciliar, para o médico familiar, o cuidador, os agentes comunitários de saúde, o programa saúde na família, dentre outros.

Com relação às políticas de combate à pobreza, podemos verificar, segundo Carvalho (2007, p.270): “A consciência geral de que

a pobreza e a desigualdade castigam grande parcela da população brasileira está a exigir políticas públicas mais efetivas e comprometidas com sua superação”.

Os diversos programas criados são voltados para a população vulnerabilizada pela pobreza e desassistida em suas necessidades básicas. Os programas existentes de renda mínima visam garantir ao grupo familiar recursos para a alimentação básica e manutenção dos filhos na escola.

Apesar de reconhecermos que esse é um recurso necessário para a população, podemos perceber que é necessário repensar as ações emancipatórias, que aparecem de maneira descontínua e sem perspectivas de grande visibilidade. Esses programas, como o de estímulo ao microcrédito, acesso à habitação, geração de renda, programas socioeducativos e culturais, dentre outros, são também exemplos de ações para o enfrentamento da questão social.

A sociedade atual é pautada em uma perspectiva moderna, mas em seu interior, necessita da família, seja ela configurada da maneira como se apresenta. Diante dessa realidade, podemos verificar que a família é uma maneira da vida privada se expressar, lugar de intimidade, de construções individuais e coletivas e um espaço significativo para a expressão dos sentimentos, que, nessa modernidade, podem ser esquecidos diante da correria contemporânea. Nesse sentido, ela torna-se imprescindível na sociedade. Os vínculos familiares podem assegurar ao indivíduo a segurança de pertencimento social. Conforme Carvalho (2007, p.272) “[...] o grupo familiar constitui condição objetiva e subjetiva de pertença, que não pode ser descartada quando se projetam processos de inclusão social”.

A família, na sociedade contemporânea, vem sendo bastante pesquisada e valorizada, como espaço de relações horizontais e de crescimento de pessoas, pois é compreendida como um importante espaço para a construção de identidades.

Ainda não estamos conseguindo, porém, pelos trabalhos realizados na esfera pública, dar voz às famílias, pois estas ficam à mercê dos programas sociais, que são escassos, fragmentados e não conseguem atingir toda a demanda.

Precisamos trabalhar com essas famílias em uma perspectiva emancipatória, pois programas sociais que atendem famílias não têm a perspectiva de buscar essa emancipação, que seria tão necessária para que as famílias pudessem ser fortalecidas em todas as suas capacidades.

Nessa perspectiva, Carvalho (2007, p.273) tece uma crítica ao olhar da política pública:

- eleger apenas a mulher na família como porta de relação e parceria;
- pensar idealizadamente num padrão de desempenho da família, que ostenta diversas formas de expressão, condições de maior ou menor vulnerabilidade afetiva, social ou econômica, ou ainda fases de seu ciclo vital com maior vulnerabilidade, disponibilidade e potencial;
- oferecer apenas assistência compensatória, com escasso investimento no desenvolvimento da autonomia do grupo familiar.

A política social, nesse contexto neoliberal e capitalista, ainda tem muito a crescer. Enquanto ela não atinge seus objetivos centrais, a família vem buscando diversas estratégias de sobrevivência, sem o mínimo necessário para sobreviver. Fica complicada a situação das famílias, quando estas não possuem o trabalho necessário para garantir a subsistência. Nesse contexto, a luta pela sobrevivência, no que se refere principalmente as condições materiais, impõe-se como preocupação central da família (José Filho, 2007).

A pobreza e a miséria no Brasil vêm se instaurando cada vez mais. A preocupação com esse quadro é contínua. A família em situação de precariedade econômica é um local onde se manifesta a desigualdade social, que foi sendo construída na década de 1980 e consolidou-se em 1990. Torna-se necessário, diante dessa situação, a criação de programas que atendam à família em sua totalidade, na maneira tal como ela está configurada. É importante o fortalecimento cotidiano das famílias, políticas sociais consistentes e de atendimento integral de suas necessidades.

Auferir para as famílias a divisão de responsabilidades sem dar a elas as mínimas condições de suportar o fardo de ser corresponsável

por sua subsistência é mais uma transferência de responsabilidades do que uma divisão, pois quando há algo para se dividir, ambos ficam com certa parte. No que diz respeito à família como centralidade nas políticas sociais, o que podemos verificar é que a família ficou com a parte pior: a de sobreviver sem os mínimos meios de consegui-lo.

O Serviço Social e o trabalho com famílias

A trajetória histórica do Serviço Social permite-nos refletir sobre seu surgimento na sociedade. Inicialmente, como uma ajuda aos necessitados, como resposta às necessidades de uma determinada demanda. Inicialmente, pensando na função da assistência, especialmente à população que não possuía uma integração ao restante da sociedade. Houve muita influência europeia e norte-americana na maneira de ser e no agir profissional.

A partir do movimento de Reconceitualização do Serviço Social, ocorrido em 1960, cujo rebatimento veio a ocorrer mais precisamente na década de 1980, o que estava em pauta era a busca de uma reflexão teórico-metodológica, a partir da realidade latino-americana, o que resultou em estratégias profissionais que fossem adequadas às necessidades específicas da América Latina, deixando de lado a influência norte-americana e europeia (Silva & Silva, 2007).

A expressão das tendências de renovação da profissão (Netto, 1991) tem seu desdobramento em três vertentes:

1. A vertente modernizadora: sua maior influência ocorreu do período de 1967 até os anos 70, e era caracterizada pela necessidade de incorporar a política desenvolvimentista da época, com forte influência na maneira de pensar dos profissionais, cuja meta era modernizar, trazer novos métodos e técnicas para a profissão, e com isso alcançar o *status* profissional. A corrente que influenciava essa perspectiva era a funcionalista, caracterizando o consenso na sociedade, por meio da atuação do profissional, que tinha o caráter neutro em sua prática, não

fazendo nenhuma crítica ao modelo societário e à instituição na qual trabalhava.

2. A vertente de reatualização do conservadorismo: o período de influência dessa vertente foi no ano de 1968, quando sua maior referência, Ana Augusta de Almeida escreveu a obra *Possibilidades e Limites da Teoria do Serviço Social*, cujo embasamento teórico foi especialmente a corrente fenomenológica, tendo como principal característica a marca da subjetividade, com conceitos que eram contrários à tradição positivista e às referências do pensamento crítico-dialético marxiano. Segundo essa vertente, o profissional tinha três pressupostos teóricos para atuar: o diálogo, a pessoa e a transformação social. Havia o embasamento do diálogo na proposta psicossocial, e esse poderia ser concebido como gerador da transformação social, no sentido do trabalho com o homem para que ele consiga ser “transformado” e assim tenha uma possibilidade de transformação social. A pessoa era o homem total, sendo um sujeito racional e livre, deixando de ser entendido como alienado, oprimido e desajustado.
3. A vertente de intenção de ruptura: sua influência questionadora teve uma coletivização nos anos 70, e atingiu sua hegemonia nos anos 80. Havia a preocupação com o compromisso profissional do Serviço Social quanto às injustiças que estavam ocorrendo na estrutura social. Influenciada pela corrente marxista e por um engajamento político-partidário, percebia o Estado como instrumento das classes dominantes e as instituições como “aparelhos ideológicos do Estado” (Althusser, 1998). Dessa maneira, buscou-se um trabalho alternativo, fora das instituições. Inicialmente, sofreu influências dos cristãos de esquerda (juventude católica), da área da cultura e da educação. O marco do processo de ruptura com a proposta do Serviço Social tradicional foi o Método Belo Horizonte – caracterizado pela proposta profissional alternativa ao tradicionalismo do Serviço Social, cujas preocupações centrais estavam em utilizar os critérios teóricos, metodológicos,

interventivos. Todo esse questionamento deu margem a um novo projeto de formação profissional, com avanço na produção científica dos assistentes sociais. Havia, nesse contexto, o esforço de construção de respostas profissionais às demandas postas para a profissão em diferentes conjunturas.

Essas tendências trouxeram, naqueles contextos determinados, reflexões sobre a família e sua importância na práxis do Serviço Social (Silva & Silva, 2007). É certo que o assistente social, em sua atuação terá contato com a família, pois esta é parte de seu cotidiano profissional.

Em meio às expressões da questão social no mundo contemporâneo, podemos verificar que houve um exponencial aumento da desigualdade cujos efeitos na vida da população atendida pelo Serviço Social são extremamente devastadores.

Diante da crise no mundo do trabalho, cujas principais características podemos verificar na atualidade, como o desemprego, o fim do emprego, a tripla jornada de trabalho, a ação profissional polivalente, dentre outras, a abordagem com famílias é constituída de novos contornos e especificidades (Guimarães & Almeida, 2007).

Nesse sentido, podemos verificar que a exclusão social no Brasil é vivenciada de maneira mais grave e aguda. É necessário ter um olhar crítico para a realidade e, ao mesmo tempo, buscar ser realista e positivo na elaboração de políticas e programas sociais, considerando a real necessidade das famílias que são a demanda do cotidiano de trabalho. É preciso ter conhecimento continuado, baseado em uma ação metodológica e em uma avaliação permanente, para a garantia de melhores resultados nas ações interventivas com as famílias.

Recorrendo às autoras Guimarães & Almeida (idem, p.130), podemos verificar que

Essas famílias estão diante do desafio de enfrentar, sem nenhuma proteção social, carências materiais e financeiras. Convivem, além disso, com graves conflitos relacionais. Essas dificuldades já são suficientes para caracterizar a situação por elas vivida como de vio-

lência social. A essas dificuldades somam-se episódios cotidianos de violência urbana, originados pelos grupos do narcotráfico e do crime organizado, compondo um quadro de acúmulo e potencialização da violência familiar.

As famílias com as quais o Serviço Social trabalha estão à margem da sociedade, onde as manifestações da questão social em seus cotidianos se mostram escancaradas e de formas variadas, fato este que traz para o profissional um desafio no sentido de conseguir obter respostas às demandas contemporâneas que lhes são apresentadas no contexto brasileiro.

A atuação profissional no mundo contemporâneo precisa buscar sua intervenção pautada no conhecimento do que é realmente a ação diante das situações de pobreza e exclusão, ou seja, efetivar o trabalho do Serviço Social com famílias.

Ao buscar metodologias de trabalho específicas para famílias que vivenciam esta situação, podemos afirmar que o Serviço Social se apropria de sua demanda de trabalho: as famílias em situação de pobreza e (ou) de exclusão social.

Ao contrário de atuar somente nos aspectos imediatistas, nos quais as famílias que vêm ao nosso encontro estão em situações de extrema necessidade, existe atualmente a possibilidade de se pensar na efetivação de um trabalho que busca ações preventivas, de abordagens grupais e individuais, diante das situações de exclusão social que essas mesmas famílias estão inseridas.

Fortalecidas, as famílias que são acompanhadas pelo Serviço Social, juntamente com profissionais de áreas afins, podem ter instrumentos de enfrentamentos das situações que permeiam seu cotidiano familiar e social.

Ao serem fortalecidas, essas famílias podem apresentar as potencialidades de seus integrantes, à medida que podem criar, construir relações que auxiliam os membros mutuamente, rumo ao crescimento coletivo familiar.

O trabalho com famílias deve ser sistemático, fugindo do pragmatismo ou da abordagem aleatória. Dessa maneira, podemos con-

quitar um vínculo com as famílias atendidas pelo Serviço Social, e obter um avanço na proposta profissional.

Atuando dessa forma, podemos afirmar que as famílias passam a ser parceiras na elaboração dos programas e das políticas sociais, juntamente com os profissionais de Serviço Social e áreas afins, e não somente utilizadoras desses programas e políticas.

De um modo geral, o trabalho realizado com famílias busca a garantia de sua proteção. Por mais difícil que seja a situação que determinada família esteja enfrentando, é preciso que os profissionais, juntamente com as famílias, busquem meios de favorecer o acesso a seus direitos sociais.

Fazer que as famílias atendidas pelo Serviço Social tenham voz, a voz calada pelas decepções que sofreram no decorrer de sua existência, é tarefa desafiadora, mas necessária. É preciso ter um olhar transcendente para compreender que não é pelo fato de estarem nas situações de pobreza e exclusão, que essas famílias não possuem direitos a serem conquistados.

Outro fator importante a ser refletido se refere aos programas de transferências de rendas. Apesar de serem considerados como avanços, com o objetivo primordial de assegurar a subsistência imediata da população, é preciso ainda percorrer a trilha da demanda que necessita de uma maior qualidade de vida. Pensar em propostas de melhorias das condições de habitação, de qualificação profissional e de educação, ainda é um desafio. A necessidade imediata supera as necessidades mediatas e o que as políticas sociais estão buscando, na atual conjuntura, é o atendimento das necessidades imediatas.

Nesse assunto, Acosta et al. (2007, p.159) afirmam:

Para estas, é preciso dar uma atenção diferenciada. Precisa-se investir em seu projeto de futuro. Ainda não o têm. Estão perdidas em seu momento presente de projetos frustrados. Para esse grupo de famílias, uma renda mínima jamais poderá durar doze meses. E jamais poderia ser-lhes oferecido apenas uma renda. É preciso favorecer sua integração em processos de apoio psicossocial, de fortalecimento de vínculos relacionais, de formação profissionalizante, e, sobretudo, possibilitar novos horizontes.

As autoras supracitadas colocam importante reflexão acerca dos programas sociais existentes na sociedade e sobre o trabalho com famílias. Realmente, a renda é uma das maneiras pelas quais essas famílias devem complementar a subsistência. Quanto a seu desenvolvimento, outras necessidades devem ser trabalhadas, como elas bem citam, para ampliar as possibilidades de conquistas dessas famílias.

O trabalho do Serviço Social com famílias nas situações de pobreza e exclusão social exige dos profissionais uma formação específica e crítica com relação ao processo político, econômico e social vigente. É preciso avançar no que diz respeito ao reconhecimento da população atendida. Como as autoras Acosta et al. (idem, p.161) trazem “[...] trabalhar com famílias na superação da pobreza exige focalizar melhor os diversos grupos/expressões de pobreza com estratégias e objetivos específicos”. A partir desse conhecimento, é possível planejar programas de temáticas específicas sobre as diferentes expressões de pobreza, a fim de que essas possam ter um espaço específico para a discussão de como cada família, em sua individualidade, vivencia sua pobreza específica, além de outras discussões que podem ampliar a visão dos beneficiários da assistência social.

Atualmente, o que podemos verificar também é diversificação nas configurações familiares, conforme já abordamos no capítulo 2, Item 1, das famílias na sociedade contemporânea. É necessário que os profissionais de Serviço Social que atuam nessa sociedade possam despir de conceitos predeterminados sobre famílias para que possa atuar na realidade. Infelizmente, o que observamos é que existem profissionais que atuam diretamente com famílias e que acabam rotulando-as erroneamente (José Filho, 2007).

Não somente compreender, mas conhecer e respeitar as diferentes maneiras de ser família na atualidade é requisito indispensável para o profissional que atuará nessa área.

Para José Filho (idem, p.144, destaque do autor),

A família como lócus privilegiado de intervenção do Serviço Social tem aparecido nos últimos anos como preocupação de órgãos internacionais e governamentais de âmbito nacional, estadual e

municipal. Isso se dá a partir da Constituição Federal de 1988, que dedicou um capítulo específico – artigo 226 – e fixou “a família tem especial atenção do Estado inovando consideravelmente os tratos político e social de família”.

Ocorre que mesmo estando preconizadas essas preocupações na Constituição, atualmente podemos verificar que há um distanciamento entre o que está contido na Constituição Federal e a real situação social das famílias no Brasil. Nesse contexto, o Serviço Social procura desenvolver estratégias de atuação junto às famílias brasileiras.

Utilizando instrumentos teóricos e metodológicos, o Serviço Social pauta sua ação sob a influência advinda do movimento de Reconceitualização, do materialismo histórico dialético, especificamente a teoria marxiana. Sendo a dialética um movimento contínuo, parte da prática concreta para as formulações teórico-reflexivas. Dessa forma, a concepção de homem e de mundo que o profissional de Serviço Social possui deve enxergar o homem como um ser em contradição e em transformação na realidade. É, ao mesmo tempo, sujeito de sua própria história, construída, compreendida dentro da realidade.

Acreditamos que a relação entre os membros da família possibilita a vivência de fatos marcantes na vida dos sujeitos, dentre esses fatos podemos citar: a ternura, a sexualidade, os afetos, os nascimentos, as mortes. Se observarmos os fatos de cada situação vivenciada, podemos afirmar que a família sempre esteve presente em todos ou em quase todos.

O Serviço Social, enquanto profissão contemporânea, não pode ter uma visão de família carregada de limitações. Ou então modelo de família “nuclear ideologizado” (idem, 2007).

É necessário observar que os trabalhos com famílias são carregados de individualizações de cada usuário do Serviço Social, voltados ao que se denominava de “reatualização do conservadorismo”, conforme citamos no início deste capítulo. Existe por trás dessa forma de trabalho a perspectiva de “equilíbrio e funcionalidade do sistema” (idem, 2007), em que o atendimento é fragmentado, deixando de considerar a família enquanto totalidade.

Ao superar a forma de referência de família como somente o modelo nuclear, o Serviço Social pode ter uma visão ampliada da família que trabalhará. A abrangência do conceito de família permite a compreensão das várias configurações que existem na sociedade.

Podemos afirmar que, ao compreender a família como ela é, o Serviço Social atua com ela em suas diversificadas configurações, que estão intimamente relacionadas com a conjuntura social, cultural e política existentes. A família, nesse contexto, pode ser cobrada por seus padrões de comportamento e desempenho, e o trabalho com famílias deve ser pautado no compromisso ético-político, possibilitando a estas a viabilização do acesso a seus direitos.

Vale ressaltar que a maioria das famílias que são atendidas pelo Serviço Social se encontra em precárias condições socioeconômicas, sendo totalmente excluídas do acesso aos bens e serviços. Muitas dessas famílias não possuem sequer o acesso à informação sobre seus direitos e, nesse aspecto, o Serviço Social possui um papel de extrema importância: informar aos usuários de seus serviços sobre quais as possibilidades que os mesmos possuem de inserção nos programas sociais e quais as políticas públicas que existem para a população atendida.

Segundo José Filho (2007, p.150, destaque do autor),

a família tem que ser entendida enquanto uma unidade em movimento, sendo constituída por um grupo de pessoas que, independente de seu tipo de organização e de possuir ou não laços consanguíneos, busca atender:

- às necessidades afetivo-emocionais de seus integrantes, através do estabelecimento de vínculos afetivos, amor, afeto, aceitação, sentimento de pertença, solidariedade, apego e outros;
- às necessidades de subsistência-alimentação, proteção (habitação, vestuário, segurança, saúde, recreação, apoio econômico);
- às necessidades de participação social, frequentar centros recreativos, escolas, igrejas, associações, locais de trabalho, movimento, clubes (de mães, de futebol e outros).

Concordamos com o autor no sentido de priorizar o acesso da família a suas necessidades afetivo-emocionais, de subsistência-alimentação e de participação social, pois dessa maneira, poderemos obter a concepção da família enquanto totalidade, e não somente parcialmente em suas necessidades fragmentadas. Atuarmos nessa concepção permite avançarmos nas questões referentes às famílias.

Os projetos de atendimentos às famílias precisam compreender a família enquanto grupo social, que possui características contraditórias e dinamicidade incomparável. Assim, as pessoas que passam pela família não são eternas, podem ser variáveis, de acordo com sua própria individualidade, mas não perdendo a característica da coletividade.

Nessa perspectiva, o Serviço Social constrói sua identidade no trabalho com famílias (José Filho, 2007). Essa identidade é construída na própria ação profissional, em que este, conhecendo a realidade, se apropria dela e pode legitimar sua identidade profissional.

Não podemos negar a importância dos fatores sociais, culturais e políticos existentes na sociedade, pois estes são essenciais, ao permitirem que os indivíduos compartilhem suas experiências de vidas e ofereçam oportunidades de relações sociais coletivas.

Ao trabalharmos com famílias, é importante refletirmos sobre aspectos que fazem parte do cotidiano da vida das pessoas que estamos atendendo e também pensarmos na inclusão de alguns fatores que estão distantes das famílias atendidas pelo Serviço Social, tais como o lazer, a cultura, a educação, a capacitação profissional, o direito à saúde, alimentação e habitação de qualidade. Nesse sentido, estaremos superando alguns desafios presentes em nosso cotidiano profissional.

Precisamos pensar na conquista da autonomia familiar aos usuários do Serviço Social, ou mesmo na emancipação desses usuários. Sabemos que os enfoques assistencialistas e paternalistas já estão ultrapassados, pois na atualidade o que devemos primar é a luta pelo fortalecimento das famílias, para que estas possam trilhar seus caminhos com segurança, conquistando seus direitos sociais.

Existem diversas metodologias de trabalhos com famílias, conforme a área específica de atuação. Geralmente, há uma aproximação inicial dessas famílias, por meio de atendimentos emergenciais, como o que ocorre no Plantão Social, espaço no qual as famílias chegam para atendimentos de necessidades imediatas e eventuais. Há também o trabalho de orientação sistemática, como os serviços na área psicossociojurídica, saúde e de assistência social geral, que são caracterizados pela escuta, reflexão conjunta com os usuários, orientações e prestação de informações, apoio à população em suas necessidades.

Diante da realidade apresentada, conforme a demanda que o solicita, o profissional de Serviço Social faz seu planejamento da ação profissional, buscando, em seu cotidiano, atender a seu compromisso profissional institucional, assim como a seu compromisso profissional com a população usuária.

Segundo José Filho (2007, p.152, destaque do autor),

Todo processo de orientação continuada envolve articulação com serviços que variam de acordo com a necessidade principal (saúde, habitação, cultura, educação...). A orientação tem sempre um componente psicossocial (espaço de escuta, construção de identidade e autoestima) e um componente de educação popular e integração nas lutas coletivas/comunitárias.

A continuidade de orientações no trabalho do Serviço Social com famílias é algo extremamente importante, pois nesse espaço serão construídos os vínculos profissionais com estas famílias, as possibilidades de transformações no coletivo das famílias, as estratégias específicas de ações e das lutas comuns entre a população usuária. As possibilidades de crescimento familiar em espaços coletivos e em trabalhos que têm uma continuidade são únicas, pois sem o acompanhamento familiar, pode ser que ações imediatas se percam no caminho.

Passar do atendimento das necessidades individuais para as familiares não é tarefa simples e imediata. É necessário pensarmos

sobre nossas próprias concepções de família, de homem e de mundo, de necessidades sociofamiliares.

Diante dessa nova realidade na qual estamos inseridos, é preciso que construamos um trabalho com famílias capaz de atender às necessidades da realidade atual na qual esse trabalho se desenvolverá. Também é necessário realizar reflexão acerca dos modelos nos quais esse trabalho é desenvolvido, buscando sempre a emancipação dessas famílias rumo à cidadania.

A ação profissional do assistente social pode ser configurada como prática social, partindo do pressuposto de que, atualmente, essa ação deve estar pautada no projeto ético político profissional.

Diante de todo o processo histórico da profissão, o assistente social veio construindo um caminho rumo à ruptura com o conservadorismo, rumo a construção de um projeto profissional que buscase o resgate da liberdade como valor ético central, em um compromisso com a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

Esse projeto está vinculado a um projeto societário que propõe a construção de nova ordem social, na qual não poderá existir a exploração de classe, gênero ou etnia.

Conforme Netto (1999, p.105),

A partir destas escolhas que o fundam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo – tanto na sociedade como no exercício profissional.

Por meio de nossa atuação enquanto prática social, será possível atender às necessidades das famílias com as quais atuamos, em uma perspectiva de conceber a família enquanto sujeito histórico, e que deve ser pensada em sua totalidade.

Ao nos posicionarmos a favor de uma ação que busque o atendimento das necessidades das famílias em sua totalidade, podemos afirmar que estamos trabalhando em perspectiva da universalização do acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas

sociais (Netto, 1998). Diante desse acesso, podemos verificar a consolidação da cidadania, aspecto fundamental para a garantia dos direitos da classe trabalhadora.

Buscar o trabalho com as famílias na perspectiva de totalidade significa considerá-la como sujeito histórico e, assim sendo, vivenciar as manifestações da questão social no cotidiano de suas vidas. Tentar atuar com famílias nessa perspectiva é, sobretudo, não ficarmos presos às questões iniciais que chegam ao Serviço Social por meio das próprias famílias, mas buscarmos ir além do aparente que está posto, adentrando na essência existente por trás de uma solicitação, e todas as questões que essa família, em seu contexto, vivencia (desemprego estrutural, violência, fragmentação de políticas públicas, escassez de recursos sociais, precarização do serviço de saúde e de educação).

O que podemos perceber é que denomina-se “trabalho com famílias” o que, na verdade, é um trabalho com “representantes de famílias”. Esse fato é comum aos serviços de assistência social. Há uma apresentação dos trabalhos como se fossem executados com famílias, grupos, quando, na verdade, nesses contextos estão presentes usuários que representam uma família. Isso não significa, porém, que com esses representantes de famílias não seja possível trabalhar dentro da perspectiva de totalidade. É possível, ainda que não seja o ideal na meta do coletivo, trabalhar com representantes de famílias em uma perspectiva de totalidade. A dificuldade está no que diz respeito aos recursos necessários para desenvolver tais trabalhos.

No que se refere à universalização do acesso aos bens e serviços relativos aos programas sociais, o assistente social atua na contradição das instituições – já concebidas como aparelhos ideológicos do Estado, por Althusser (1998) – as quais não possuem, em sua maioria, capacidade de atendimento para toda a demanda existente e para a população que necessita de seu atendimento, cujas etapas da existência já estão marcadas pelas inúmeras vezes que não conseguiu acesso a seus direitos. Diante dessa duplicidade de realidade, o assistente social pode estar caminhando no sentido contrário da ordem burguesa, tentando, por todos os meios existentes, conseguir o acesso de determinada população aos bens e serviços.

Ainda em suas reflexões, Netto (1999, p.105) traz como afirmação que “a dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social”. Ao posicionar-se a favor da universalização dos direitos, adere à justiça social, aparentemente tão distante de nossa realidade.

Se houvesse a equidade, com certeza, a justiça social estaria estabelecida e as famílias estariam vivenciando sua cidadania plena. É realmente necessário lutar pela conquista da cidadania, diante do fato de que ela inexistente plenamente em nossa realidade, pois se existisse, por si só estaria garantida.

Ao discutir a ação profissional, o projeto ético-político do Serviço Social traz em sua estrutura básica, conforme Netto (1999, p.105):

Do ponto de vista estritamente profissional o projeto implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aprimoramento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, alicerçada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir o passo à preocupação com a (auto) formação permanente e estimular uma constante postura investigativa.

Independentemente do modelo de família com o qual o profissional irá atuar, assim como a área na qual o profissional estará inserido, conforme prevê nosso projeto ético-político, o importante é que o profissional tenha um compromisso real com a competência. Para atingi-la, o assistente social necessita de uma formação continuada, que o leve a ter uma visão ampliada da realidade social e a propor ações sólidas, críticas, com base na fundamentação teórica e metodológica que poderá ser adquirida em um processo de formação constante e uma postura investigativa.

Ao adquirir postura investigativa, há compromisso selado com a população usuária. A partir do momento em que o profissional toma posse de seu saber, ele não pode ficar estagnado diante das injustiças sociais que permeiam a vida de seus usuários. Nosso

maior compromisso está em tentar garantir por meio dos recursos (escassos) existentes na sociedade, o acesso da população usuária ao atendimento de suas necessidades.

Em tempos neoliberais, deparamo-nos, em nosso cotidiano de trabalho, com famílias que não possuem as mínimas condições de sobrevivência. Diante dessa realidade, podemos afirmar que apesar de difícil, a instalação do projeto não é impossível, justamente por tentar aprofundar no debate contrário à política neoliberal, por tentar oferecer à população usuária, aquilo que lhes é negado no cotidiano de suas vidas.

Por se configurar uma prática social, a ação profissional do Serviço Social deve estar embasada em uma visão de homem e de mundo, sendo que para cumprir seus papéis reais, cujos rebatimentos recaem sobre a sociedade, deve estar articulada às demais práticas que buscam a mesma direção. Precisamos ter consciência daquilo que nossa prática traz de efeitos para a sociedade. É necessário que tenhamos a clara concepção de nossa ação profissional, que não é e nem pode ser neutra (Carvalho, 2000b).

A realidade é que diante das mudanças contemporâneas, ao profissional de Serviço Social exige-se uma nova postura, em uma sociedade marcada pelas profundas e constantes transformações sociais, que rebatem diretamente no trabalho com famílias.

A família realmente sofreu transformações tanto em sua configuração quanto em suas relações e o assistente social que estagnou sua visão de família mediante sua formação e seu exercício profissional e não mais buscou a formação continuada pode não conseguir atuar de acordo com as proposições contidas no projeto ético-político do Serviço Social.

Concebermos a família por um único modelo, sem o qual essa família encontra-se “desestruturada” ou “desorganizada”, pode ser fruto de uma visão fechada de família. Ampliar horizontes é um desafio contemporâneo ao Serviço Social, como bem afirma Iamamoto (2006, p.17):

O momento em que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças

para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia a dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários.

Se realmente sonhamos com uma sociedade diferenciada, na qual exista a justiça social, a garantia de direitos, precisamos iniciar nossa ação profissional de maneira concretamente diferenciada. Como poeticamente afirma Yamamoto, na reflexão acima, os sonhos devem ser alimentados e concretizados no dia a dia, ou seja, no cotidiano da ação profissional. É na própria ação profissional que o assistente social exercerá a ampliação de seu horizonte, na efetivação de novos tempos mais justos e humanos. É, portanto, diante daquela família que o assistente social estará atendendo, que os sonhos e ideais profissionais poderão ser concretizados. O reconhecimento da população usuária do Serviço Social é que dará legitimidade ao profissional.

O que ocorre no cotidiano de trabalho do assistente social é o crescimento da demanda por serviços sociais, assim como existe um processo crescente da seletividade com relação às políticas sociais. Há a diminuição dos recursos públicos e, concomitantemente, uma diminuição dos salários. A população tem cada vez menos acesso aos direitos sociais.

Ainda, segundo Yamamoto (2006, p.19),

Pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar da sua recriação. [...]. É esse o sentido da crítica: tirar as fantasias que encobrem os grilhões para que se possa livrar deles, libertando os elos que aprisionam o pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais.

O olhar crítico ao profissional de Serviço Social deve sempre existir. É preciso que o profissional, por meio de suas concepções, possa decifrar o mundo real, possa construí-lo e reconstruí-lo. Olhar para a realidade sem fantasias, tal como ela é. Qual é a família que o Serviço Social atua? Como realmente ela é? Quais as suas reais necessidades? O que pensa essa família?

Acreditamos que o ponto de partida para o trabalho com famílias é o conhecimento da realidade, sem máscaras, descortinada. Por intermédio da realidade, pode-se construir uma ação rumo ao pleno desenvolvimento dos indivíduos.

Como já afirmamos anteriormente, a família, independentemente de sua forma ou configuração, pode ser um local para a construção da identidade pessoal e social. Já a ação profissional, pode propiciar aos membros dessa família a construção dos indivíduos sociais.

A perspectiva coletiva de ação e não somente o pensar em uma ação individualizada, na qual são desconsiderados aspectos importantes da família enquanto totalidade é extremamente importante para o aprofundamento da ação do Serviço Social com famílias, em uma perspectiva crítica, como bem traça nosso projeto ético-político.

O assistente social com esse olhar ampliado e diferenciado pode propor novas formas de ação para o atendimento da demanda, assim como pode realizar diferentes maneiras de abordagens com as famílias atendidas, para que estas possam, efetivamente, ser sujeitos de suas próprias histórias.

Não podemos ficar parados e alheios às mudanças contemporâneas. É preciso resistir aos apelos advindos do capital, do pensamento neoliberal, e lutar rumo a uma sociedade diferenciada, na qual nossos usuários possam ter acesso real aos direitos sociais, que são materializados em forma de políticas públicas.

Nesse sentido, o profissional que atua com família não deve jamais perder a esperança da construção de um mundo melhor, de um local onde as famílias tenham ao menos acesso à educação, à habitação, à alimentação, aos vestuários, ao lazer e à cultura.